

“A gente tem que olhar por isto! Achegas para um estudo do associativismo cultural e recreativo no Planalto Mirandês”

**RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO DO PROJECTO
FILANDOURO SOBRE O TECIDO ASSOCIATIVO DA
RAIA TRANSMONTANO-ZAMORANA**

Autores:

Prof. Xerardo Pereiro, Prof. Pedro Silva, Celina Pinto e Cristina Martins.
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Extensão em Miranda do Douro
Rua D. Dinis s/n
5210-217-Miranda do Douro
Telefone: 273-438140
Fax: 273-438159
Correio electrónico: xerardo@miranda.utad.pt
psilva@miranda.utad.pt

Novembro de 2002

Agradecimentos

A todas as associações do Planalto Mirandês que muito amavelmente colaboraram na nossa investigação. Ao Dr. Marcelino de Sousa Lopes (UTAD-Pólo de Chaves) por ter-nos fornecido ajuda bibliográfica. Ao Prof. Paulo Mendes, “Zé” e à Dra. Cidália Moreira, pela sua ajuda no trabalho de campo. À Dra. Elisa Castro pela ajuda nos contactos. Aos funcionários da UTAD em Miranda do Douro, pelo seu apoio logístico e moral constante. Às câmaras municipais de Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro, pela sua colaboração. Aos Relações Públicas da UTAD, Marisol, Alexandre Parafita e Isabel Machado, pela sua grande ajuda na divulgação do nosso projecto.

ÍNDICE

1. Breve introdução teórica.	4
2. Metodologia do trabalho de investigação.	6
3. O contexto geográfico-territorial.	9
4. A fundação das associações.	11
5. Perfil sociológico da direcção das associações.	14
6. Os objectivos das associações.	17
7. Tipos de associações.	19
8. Os estatutos associativos e os regulamentos internos.	22
9. Os associados.	23
10. A gestão do poder.	27
11. As infra-estruturas das associações.	29
12. Os equipamentos das associações.	31
13. As actividades realizadas.	32
14. O financiamento das associações.	35
15. As relações com outras associações.	37
16. Avaliação das necessidades das associações.	39
17. Os desejos de mudança.	42
18. O contributo associativo para a dinamização sociocultural do Planalto Mirandês: Autopercepção dos seus líderes.	44
19. Expectativas de apoios.	46
20. Símbolos e ícones das associações: significados.	48
21. Conclusões de síntese.	50
-Bibliografia	53
-Anexo: Associações Culturais do Planalto Mirandês	55

1. BREVE INTRODUÇÃO TEÓRICA

“A função do intelectual é ver e dizer o que viu, aconteça o que acontecer”
(Julián Marías, El Semanal, 25-8-2002, p. 30)

O associativismo surge nos finais do século XVIII com a revolução burguesa. Nasce com a modernidade e a afirmação do direito à liberdade de associação e de reunião. De acordo com a teoria de Wuthnow⁽¹⁾, as sociedades modernas articulam-se através de três complexos institucionais e organizacionais: o Estado, que organiza actividades por meio dos poderes coercitivos e uma coordenação central; o Mercado, que organiza actividades de intercâmbio de bens e serviços com base em mecanismos de preços e leis como a oferta e a procura; o sector do Voluntariado, que é a sociedade civil e o mundo das associações, organizando actividades voluntárias sem coerção, nem ganhos monetários lucrativos.

De acordo com a teoria de Wuthnow, as sociedades diferenciam-se de acordo com o tamanho e o domínio de um ou outro destes três sectores ou complexos organizacionais citados. Partindo desta perspectiva, as associações são um tipo de grupo intermédio entre o espaço doméstico e o espaço institucional público.

Entre os diversos tipos de associações temos que distinguir:

- a) associações informais: grupos de amigos, bandos, tertúlias de café...
- b) associações formais: as institucionalizadas, com estatutos e actividades públicas.

As associações voluntárias, isto é, as de adscrição livre, são um dos factores de equilíbrio e estabilidade da sociedade democrática; facilitam ou

⁽¹⁾ WUTHNOW, R.(1991): Between states and markets. The voluntary sector in comparative perspective. Princeton: Princeton University Press.

podem facilitar a criação de uma sociedade pluralista e permitem o contacto dos cidadãos com os grupos de decisão. Entre as suas funções cabe destacar:

1. Distribuir o poder entre grande parte dos cidadãos.
2. Satisfazer as necessidades individuais.
3. Ajudar a compreender o mecanismo democrático moderno que pauta as experiências dos pequenos grupos.
4. Ser um mecanismo social de mudança constante que tenda a resolver as novas necessidades criadas na população (por exemplo: o movimento operário, o ecologismo, o feminismo...).
5. Defender interesses comuns.

Um dos problemas aparece quando as associações, que desde o ponto de vista da democracia participativa deveriam ser elementos de transformação social, de pressão social e de defesa dos interesses dos cidadãos, convertem-se em mecanismos de controlo da sociedade ao serviço dos poderes políticos e/ou do mercado. Muitos destes casos tem origem na exaltação da política do subsídio, o que implica situações como: "quem paga controla" e "a quem te pagas ficarás a dever". Face a isso, a alternativa da animação sociocultural propõe a liberdade de actuação das associações, com o objectivo de atingir os seus propósitos, isto é, as associações deveriam ser independentes dos poderes públicos, almejando e evocando a justiça em vez da caridade das esmolas. Neste sentido as associações desempenham um papel importantíssimo na recuperação da sociedade civil, reforçando a democracia e a cidadania de uma forma não exclusivamente lúdica, mas também educativa.

No seguimento desta perspectiva as finalidades do movimento associativo deveriam orientar-se pela seguinte matriz:

- Articular social e culturalmente a qualidade de vida.
- Agrupar as pessoas em torno de uma missão que responda a necessidades sociais, privilegiando a colaboração com outros agentes públicos e privados de modo a dar respostas e soluções a essas necessidades.
- Mobilizar e organizar o povo.

-Promover novas formas de cidadania que ultrapassem a ideia do ser só “espectadores que votam”.

2. METODOLOGIA DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO

Na antropologia como noutras ciências, a metodologia de investigação está condicionada não só pela correcta aplicação de determinados princípios e procedimentos, como também por um sem número de circunstâncias pessoais e conjunturais. Prestar atenção a estas ajudar-nos-á a entender melhor o porquê da escolha de métodos e técnicas de investigação social específicas. Vejamos alguns destes condicionamentos.

No ano 2000, o professor Xerardo Pereiro inicia um estudo exploratório sobre a situação das associações culturais e recreativas do concelho de Miranda do Douro. O objectivo era elaborar um diagnóstico do funcionamento das mesmas e a sua importância no desenvolvimento da comunidade. Este estudo contou com a colaboração da turma do 2º Ano da Licenciatura em Trabalho Social⁽²⁾ e enquadrou-se dentro dos objectivos didácticos da disciplina de Modelos de Organização Comunitária, leccionada no pólo da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) em Miranda do Douro. A forma entusiástica como os alunos e líderes associativos acolheram este estudo foi determinante para a sua continuidade e alargamento a concelhos vizinhos.

Um ano depois, fruto da colaboração com a “Associación Etnográfica Bajo Duero”, foi possível materializar a vontade atrás expressa, mediante a nossa activa colaboração na criação e desenvolvimento do projecto “FILANDOURO”. Desta forma podemos alargar à raia luso-espanhola de Trás-os-Montes e Zamora o estudo inicialmente realizado no concelho de Miranda do Douro.

Em 2002 a candidatura do projecto recebeu a aprovação do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças da “Junta de Castilla y León” (Espanha), tendo

⁽²⁾ Muito agradecemos o empenho e a motivação com que acarinharam o estudo exploratório a: Ariadna Rodrigues, Daniel da Costa Borges, Sílvia Taciana Dias Mendes, Rita Pinheiro Leão, Liliana Rosa Amaral Saraiva, Márcia Sílvia Reis Monteiro, Delfina Soares, Daniela Alexandra Cardoso Soares, Sandra Moreira da Costa Ferreira, Anabela Rodrigues de São Pedro, Elisabete Pardal, Isabel Maria Marques dos Santos, Maria Arminda Ferreira Fernandes.

logrado a concessão de um subsídio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Apesar de se tratar de um projecto muito ambicioso, pois contemplava investigação de terreno, jornadas de encontro e a criação de um fórum virtual, as verbas atribuídas foram escassas, mas estimulantes. A entrada no projecto da Universidade de Salamanca, representada pelo sociólogo José Manuel del Barrio, reforçou ainda mais o valor e rigor científicos do projecto, mas também as ideias de parceria, cooperação e transfronteirismo.

A criação de uma equipa de investigação foi um passo fundamental para o desenvolvimento do projecto. O antropólogo Pedro Silva acarinhou logo a ideia e junto com Xerardo Pereiro decidiram seleccionar dois estudantes de antropologia que colaborassem na investigação. As aprendizes de antropólogas em processo de formação, Celina Pinto e Cristina Martins, aderiram com entusiasmo e desempenharam um papel fundamental não só na recolha de dados, como no tratamento e interpretação dos resultados. Também é de destacar o papel do professor Paulo Mendes, que nos ajudou como consultor, colaborador e companheiro na recolha dos dados.

A escassez de verbas, que tiveram que ser adiantadas pelos membros da equipa de investigação, junto com a gestão do tempo e dos prazos, levaram-nos a delimitar territorialmente o contexto de estudo, reduzindo este ao Planalto mirandês (concelhos de Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro), uma unidade identitária raiana com Espanha, que geograficamente faz parte do denominado “Douro Internacional”. Estes dois factores também condicionaram a metodologia básica de investigação, que foi a da entrevista semidirigida, tendo como base um guião-questionário de perguntas abertas previamente testado noutras investigações⁽³⁾.

Porém, também temos que destacar que a observação participante veio complementar a metodologia anteriormente referida, com o objectivo de detectar e avaliar o contexto no qual se inserem estas associações. Aliás, tal leva-nos a tecer um conjunto de considerações, particularmente no que toca às particularidades que envolvem o uso deste método. Em primeiro lugar, estas

⁽³⁾ PEREIRO PÉREZ, X. (1997): “O asociacionismo no concello de Palas de Rei (Lugo)”. Palas de Rei: Asociación Cultural “Os Lobos” (inédito).

entrevistas foram realizadas junto dos responsáveis da direcção das associações culturais e de recreio (raras foram as associações/organizações com outros fins que não os atrás mencionados a serem contactadas). Segundo, todas as associações contactadas aceitaram ser entrevistadas, e disponibilizaram toda uma vastidão de documentos e outras informações relativas ao funcionamento e à história das mesmas. Terceiro, pensamos que faz todo o sentido promover a continuidade do projecto, dando prevalência ao uso da observação participante como metodologia; nesta perspectiva, pensamos ser mais eficaz a compreensão dos problemas do quotidiano destas associações, assim como o seu contributo para o desenvolvimento comunitário da raia transmontano-zamorana.

Ainda de referir o facto de se tratar de investigadores pertencentes a uma instituição universitária pública e, conseqüentemente, não pertencerem a nenhum dos poderes instituídos gerou uma impressão de maior neutralidade e sinceridade nas alturas em que era necessário falar dos problemas e constrangimentos que afectavam o funcionamento das associações estudadas. O facto de estarmos ligados a uma universidade gerou confiança e contribuiu, pensamos que decisivamente, para uma maior fiabilidade dos dados.

3. O CONTEXTO GEOGRÁFICO-TERRITORIAL

Como já explicamos, a delimitação territorial do nosso trabalho de investigação foi o do Planalto Mirandês. A justificação que demos foi a gestão do tempo e do dinheiro atribuído ao projecto, mas também uma razão de lógica científica baseada na unidade geográfica, histórica e identitária do Planalto Mirandês, associada a um conjunto de relações inter e intra comunitárias.

Desde o ponto de vista geográfico, o Planalto Mirandês é um planalto, com uma média de altitude à volta dos 700 m., situado no extremo Nordeste do país, no distrito de Bragança. O Planalto Mirandês é a parte mais a Leste de Portugal, uma zona de “raia” com a vizinha região espanhola de Castela e Leão, e, mais concretamente, com o distrito de Zamora. Historicamente, o Planalto coincide com o que se denomina “Terra de Miranda” (Mourinho: 1991), localizada entre os rios Douro e Sabor, porém é de sublinhar que o conceito de Terra de Miranda é mais aceite no concelho de Miranda do Douro do que em Vimioso e Mogadouro, onde não é usado popularmente por razões ligadas a rivalidades sociocéntricas com Miranda do Douro, bem expressas em ditados populares do género:

"Se fores a Miranda leva pão na manga e o vinho na borracha, que lá não se acha"

"Se fores a Miranda, vê a Sé e desanda"

O Planalto Mirandês tem uma área de 1719 quilómetros quadrados distribuídos pelos concelhos de Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro. Conta com uma população total de 24.797 habitantes, distribuídos em 58 freguesias, o que dá uma média de 427,53 habitantes por freguesia e 14,42 habitantes por quilómetro quadrado, sendo o povoamento concentrado. A evolução demográfica no último decénio mostra uma ligeira perda de população tal qual se representa neste quadro:

Quadro 1: Variação da população presente

	1991	2001	Variação 1991-2001
Vimioso	5863	5330	-533
Miranda do Douro	8508	8085	-423
Mogadouro	11600	11282	-318
	25971	24797	-1174

Fonte: INE

De sublinhar como no caso de Miranda do Douro a abertura de um pólo universitário da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em 1998 cria uma situação paradoxal, que é a existência de mais 300 pessoas no concelho, porém muito poucas estão recenseadas no concelho.

4. A FUNDAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES

A história das associações do Planalto mirandês sedimenta já uma memória, nalguns casos, de mais de 20 anos. A permanência e a transformação a que estas se encontram sujeitas, isto, num quadro de mudança, é algo que deve ser estudado com detalhe e profundidade. Pretendemos então neste capítulo, abordar o contexto social, político e histórico que condicionou o aparecimento (quase que massificado nesta região) do movimento associativo de carácter recreativo e cultural.

Efectivamente, são muitas as associações que vêem a luz do dia nos anos que imediatamente se seguem ao 25 de Abril de 1974. Se bem que a maioria delas tenha sido reconhecida oficialmente (mediante a apresentação e aprovação de estatutos) entre 1980 e 1985, as mesmas já vinham funcionando no final da década de 70. Entre as várias alterações provocadas pelo movimento revolucionário de Abril sem dúvida que o novo quadro legal de permissividade relativamente ao livre associativismo terá sido a condicionante fulcral da criação de tamanha quantidade de associações. No entanto, uma ressalva urge fazer neste ponto; apesar das liberdades asseguradas pela democratização da sociedade portuguesa pós 25 de Abril, há que atender ao facto da existência prévia a essa data de outro tipo de associação, inscrita noutra órbita de condicionalismos, movidas por outras forças. A título de exemplo, a “Associação Cultural Pauliteiros de Miranda – Duas Igrejas” teve a sua origem num rancho folclórico fundado no ano 1945 pelo pároco António Maria Mourinho, tendo percorrido os quatro cantos do mundo em representação do folclore português. No ano de 1986 esta associação re-funda-se como associação cultural.

Os motivos que rodeiam este brotar no pós-25 de Abril da maioria das associações prendem-se com, em primeiro lugar, um quadro político legal permissivo (durante o Estado Novo o livre associativismo não era permitido), segundo, a vontade de expressão de sentimentos de solidariedade e de

comunidade (até então sufocados pela ditadura), e também com o intuito de debelar problemas de desenvolvimento estrutural local. Um dos problemas que neste âmbito suscitava maior preocupação era o da elevada percentagem de analfabetos entre a população residente destas áreas periféricas. Para além da vontade de promover o convívio e o entretenimento, o esforço de alfabetização associado à dinamização cultural são elementos fundamentais para a compreensão da génese de muitas das associações que viram a luz do dia nesta época, nesta zona de Trás-os-Montes. Em muitas aldeias vão ser as associações que promovem a organização de acções de formação/escolarização de adultos e bibliotecas. Segundo nos foi contado, os responsáveis por este dinamismo, nesta altura, eram normalmente jovens na casa dos vinte anos. Se esta geração foi capaz de levantar um número grande de associações, não foi capaz de as manter em funcionamento de forma permanente e com a dinâmica do final dos anos setenta. Com efeito, a última metade dos anos oitenta testemunhou o adormecer de muitas das associações criadas no pós-25 de Abril.

O processo que se observou nos últimos anos da década de setenta, inícios de oitenta, pode ser visto novamente a partir de 1995. Uma maior capacidade de acesso a financiamentos vários e uma nova geração disposta a imprimir um novo fôlego no dinamismo cultural e recreativo são determinantes para a fundação de novas associações ou para o reavivar de outras “abandonadas”. Este rejuvenescimento das associações é de perto acompanhado por um rejuvenescer dos seus elencos directivos, preocupados com a defesa da memória e tradições locais, a par de uma vontade de dinamização das relações interpessoais dentro das suas comunidades. De referir que a este rejuvenescimento está igualmente associada uma subida dos níveis de literacia dos intervenientes neste processo.

Pela voz dos seus líderes, as associações têm como motivos de fundação os seguintes:

- a) Recuperação e preservação de tradições.
- b) Animação da juventude à participação.
- c) Promoção do desenvolvimento local.
- d) Dinamização cultural da sua freguesia.

- e) Criação de espaços físicos e sociais para convívio colectivo.
- f) Expansão da música e cultura mirandesas.
- g) Promoção cultural, cívica, social e física dos associados.
- h) Ocupação dos tempos livres dos jovens.
- i) Incentivar a população para o desenvolvimento cultural da aldeia.
- j) Produção cultural de base associativa.
- k) A necessidade de organizar grupos desportivos informais.
- l) Necessidade de promover o convívio, “de unir-se e divertir-se”.
- m) A importância de promover a criatividade cultural (ex.: ensinar e divulgar música).
- n) Criação de infra-estruturas (ex.: bares sociais, centros de dia, etc.) para convívio colectivo.
- o) A necessidade de promoção turística da terra.
- p) O regresso à terra de jovens dinâmicos.

Desde o ponto de vista dos líderes associativos a associação é uma instituição que se cria com o objectivo de reconstruir o social e a sociabilidade entre os seus sócios, que pertencem a níveis identitários básicos: a aldeia, a freguesia, a vila, o concelho. Neste sentido a associação recria, promove e expressa os níveis da identidade local, que resistem ao processo de erosão provocado pela globalização.

As associações fundam-se por mimese e imitação, mas também por resposta colectiva face a problemas sociais concretos:

“Foi mais a intenção de abrir um bar pela isenção de impostos, para ter um local de encontro e de reunião com as pessoas da aldeia” (Homem, 31-10-2002).

5. O PERFIL SOCIAL DA DIRECÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES

Um primeiro aspecto que há a salientar do perfil social da direcção das associações é a elevada percentagem de homens que integram os elencos directivos (cerca de 90%) nos três concelhos estudados. Quanto à média de idades, situa-se nos trinta e cinco anos, tendo a maior parte dos responsáveis associativos residência permanente na própria freguesia da associação que dirigem.

No que respeita à profissão, a heterogeneidade de ocupações é notória, tal como se pode comprovar no quadro que se segue, no entanto, há que sublinhar o facto de estarmos perante uma percentagem avassaladora de dirigentes associativos empregados.

Outro ponto que nos parece merecedor da devida atenção é o facto de se registar uma relação directa entre o nível de literacia dos dirigentes associativos e o tipo de actividades por estes organizadas. Desta feita, actividades ligadas a um certo nível de erudição ou mesmo centradas na recolha e preservação das memórias locais são dinamizadas por associações cuja direcção é composta por elementos com níveis superiores de literacia, normalmente licenciados e pertencentes às elites intelectuais locais.

Também é possível efectuar uma comparação semelhante no que se reporta à relação entre as idades dos responsáveis associativos e o tipo de actividades. Assim, é notório que as associações com direcções mais jovens, alargam o seu leque de actividades à organização de eventos mais variados, em especial desportivos (*raides* todo-terreno, passeios em BTT, provas de modelismo, *senderismo*, etc...). Igualmente de notar que é nas associações com direcções mais jovens que se dinamizam rituais “tradicionais” locais (festas dos rapazes, festas do velho e da velha, festa da machorra, performances rituais carnavalescas, etc...).

Quadro 2: Apontamentos para um perfil sociológico de sócios e direcções associativas

PERFIL SOCIOLÓGICO											
	Dos Sócios da Associação			Da Direcção da Associação							
	Género	Idade	Nº Sócios	Género(%)		Idade		Est. Civil		Nº	
Associação	Género	Idade	Nº Sócios	Masc	Fem	var.	Med	Cas	N Cas		
Concelho de Vimioso											
Centro Cultural e Paroquial de Argoselo	M	-	55	100	0	34-36	35	33.3	66.6	3	
Ass. Centro Desportivo e Cultural de Carção	M	-	281	100	0	21-51	37	25	75	4	
Ass. Cultural e Recreativa de Pinelo	M/F	-	200	37	63	-	-	-	-	11	
Centro Sócio Cultural de Vimioso	-	-	-	33	66	-	-	100	-	3	
Ass. Humanitária dos Bombeiros Vol. De Vimioso	M/F	-	1500	-	-	-	-	-	-	-	
Grupo Folclórico e Recreativo de Caçarelhos	M/F	-	80	-	-	-	-	-	-	-	
Ass. De Melhoramentos Santulhana	M/F	-	-	-	-	-	-	-	-	3	
Ass. Cultural e Recreativa de Vilar Seco	M/F	-	87	66	33	24-28	26	33	66	3	
Centro Cult. Recreativo e Desportivo de C. de Vóboras	M	-	-	100	0	30-50	40	100	0	3	
Ass. Cultural e Recreativa de Vale de Frades	-	-	118	100	0	37-58	45	100	0	3	
Totais e valores médios			2321(b)	77	23		37	65	35	33	
Concelho de Miranda do Douro											
Ass. Cultural Fronteira de Paradela	-	-	80	66.6	33.3	25-39	30	0	100	3	
A Frauga - Ass. Para o Des. Integrado do Picote	M/F	-	180	80	20	24-35	29	20	80	5	
Ass. Cultural e Recreativa de São Pedro da Silva	-	-	223	100	0	21-36	29	0	100	5	
Ass. Cultural "Sol Nascente"- Genísio	M	-	233	100	0	23-36	30	50	50	4	
Ass. De Amigos de São Martinho	M	-	237	100	0	17-27	21	0	100	7	
Galandum Galandaina - Ass. Cult. De Fonte de Aldeia	M/F	-	350	100	0	24-37	30	33.3	66.6	3	
Ass. Cultural de Palaçoulo	-	-	250	66.6	33.3	22-39	28	33.3	66.6	6	
Mirai Qu'Alforjes - Ass. De Juventude de Sendim	M/F	-	220	80	20	23-29	22	20	80	5	
Grupo Cultural e Recreativo "Renascer das Tradições"	-	-	120	80	20	25-52	36	60	40	5	
Ass. Cultural e Recreativa de Malhadas	-	-	a	100	0	33	33	0	100	3	
Ass. Cultural e Recreativa Constantinense	M	-	346	100	0	22-62	35	20	80	5	
Ass. Cultural e Recreativa de Teixeira	M	-	113	100	0	23-43	30	33.3	66.6	3	
Ass. Cultural Pauliteiros de Miranda	-	-	500	100	0	38	38	100	0	1	
Ass. Filarmónica Mirandesa	-	-	127	100	0	21-53	37	80	20	5	
Ass. De Professores do Planalto Mirandês	M/F	-	30	66.6	33.3	-	-	100	0	3	
Ass. Recreativa e Cultural de Vale de Mira	-	-	a	100	0	31-64	50	33.3	66.6	3	
Ass. Cultural Cicourense	M	-	70	100	0	18-45	34	66.6	33.3	3	
Grupo de Pauliteiros de Sendim	-	-	30	100	0	57	57	100	0	1	
Ass. Cultural e Recreativa de "Fonte Aldeia"	M/F	-	160	100	0	21-40	31	50	50	2	
Centro Cultural de Sendim	F	-	126	100	0	30-57	46	100	0	3	
Ass. Cultural e Recreativa de Cércio	M	-	150	66.6	33.3	22-23	23	0	100	3	
Ass. Cultural e Recreativa de Picote	M	-	156	66.6	33.3	27-44	36	0	100	3	
Totais e valores médios			2748(b)	90	10		34	41	59	81	
Concelho de Mogadouro											
Ass. De Desenvolvimento de Cardal do Douro	-	-	66	100	0	55-58	56.5	100	0	5	
Centro Cultural e Recreativo de Penas Roias	M	16-30	156	100	0	37-68	45.3	83	17	6	
Ass. Cult. De Solidariedade Social de Urrós	M	-	160	100	0	50-58	55	100	0	3	
Ass. Cultural e Recreativa de Soutelo	-	-	200	60	40	17-69	52.6	60	40	5	
Agrupamento de Escuteiros de Bemposta	M	14-30	41	83	17	22-83	33.2	17	83	6	
Centro Cultural e Recreativo de Bemposta	M	-	180	100	0	25-55	39	67	33	3	
Fórum Terras de Mogadouro	M	45-55	60	60	40	30-52	43.4	80	20	5	
Ass. Socio-Cultural Desp. E Rec. de Castro Vicente	M/F	-	400	91	9	24-49	37	63	17	11	
Ass. Mogadouro Vivo	M/F	-	360	84.4	16.6	27-41	33	16.6	84.4	7	
Ass. Cultural e Recreativa de Peredo de Bemposta	M/F	-	180	100	0	30-58	41	66.6	33.3	3	
Centro Cultural e Recreativo de Bruçó	M/F	-	150	100	0	23-36	30	0	100	5	
Totais e valores médios			1953	89	11		42	59	41	58	

Quadro 3: Profissão dos membros da direcção das associações:

Trolha/Construtor Civil	15
Padre	1
Contabilista	2
Jurista	1
Engenheiro/Arquitecto	4
Carpinteiro	3
Serralheiro	3
Vendedor	1
Industrial	1
Professor	26
Gestor	5
Estudante	16
Empresário agrícola	3
Militar	1
Bancário/Agente de Seguros	6
Empresário	6
Técnico informático	1
Electricista	4
Costureira	1
Funcionário público	11
Agricultor	14
Oficial de justiça	1
Padeiro	2
Aposentado	1
Mecânico	1
Reformado	5
Operador de caixa	1
Comerciante	3
Dentista/Médico	1
Taxista/Condutor Profissional	2
Segurança Privado	1
Trabalhador Hoteleiro	2
Empregado de escritório	2
GNR	1

6. OS OBJECTIVOS DAS ASSOCIAÇÕES

Neste ponto temos que destacar a grande diversidade de objectivos destas associações. Com efeito, há associações que centram o seu interesse na formação profissional, na recuperação e integração de toxicodependentes, na promoção do auto-emprego, na organização de eventos desportivos para públicos específicos, na pesquisa e estudo da obra e vida de escritores proeminentes da região, no cuidar da população envelhecida, na promoção de uma vivência religiosa... No entanto, apesar da heterogeneidade de objectivos supra mencionados, há que destacar a existência de uma linha comum de interesses à maioria das associações.

Assim, há a salientar como grande objectivo o da convivência entre sócios (geralmente vizinhos da mesma povoação e de diferentes idades). Tem, assim, a associação, uma base identitária territorial específica:

“Neste especial rincão da antiga Terra de Miranda, lutando contra os malefícios da interioridade, a Associação Cultural de Palaçoulo, promove a elevação da qualidade de vida da população, também através dos desportos (caça, pesca, futebol, jogos tradicionais), festas, representações teatrais, convívios, passeios, alfabetização e outras actividades formativas, fomentadoras da solidariedade e da amizade. Destaque, também, para a preocupação em fomentar o turismo rural, nestas paragens tão diferentes como distintas.” (em Associação Cultural de Palaçoulo (ed.) (s.d.): Folclore mirandês. Palaçoulo: Tipalto, p. 9)

No seguimento do convívio enquanto elemento primordial na mobilização do associativismo local, desenrola-se todo um conjunto de objectivos subsequentes, isto, segundo o ponto de vista dos inquiridos:

- a) Criar um centro de convívio.
- b) Dinamizar culturalmente a comunidade na qual se inserem.
- c) Estudar o património cultural e natural.
- d) Promover o desenvolvimento local integral.

- e) Defender os interesses da povoação na qual se insere a associação.
- f) Promover a identidade cultural local.
- g) Preservar e expandir a cultura mirandesa.
- h) Dinamizar e ocupar os tempos livres dos mais jovens.
- i) Dar a conhecer Miranda do Douro e a Terra de Miranda, Vimioso e Mogadouro.
- j) Transmitir a cultura local às novas gerações evitando que estas a esqueçam.

Em síntese, o objectivo geral pode condensar-se na expressão local: “Tentar olhar por isto” (homem, 38 anos, 20-10-2002).

7. TIPOS DE ASSOCIAÇÕES

Desde o ponto de vista do quadro legal vigente e de acordo com Mendes e Ferreira (1994) podem ser quinze os tipos de associações que encontramos em Portugal:

1. Políticas
2. Juvenis
3. De estudantes
4. De pais
5. De defesa do consumidor
6. De defesa do ambiente
7. Religiosas
8. De solidariedade social:
 - a) Irmandades de misericórdia
 - b) De voluntários de acção social
 - c) De socorros mútuos
 - d) Fundações de solidariedade social
9. Mutualistas
10. De mulheres
11. De educação popular
12. Sindicais
13. Patronais
14. Desportivas
15. Organizações não governamentais de desenvolvimento.

Todas elas enquadram-se no direito internacional e na Constituição da República Portuguesa, que consagra no seu artigo 46 o direito à liberdade de associação:

“1. Os cidadãos têm direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.”

Desde o ponto de vista jurídico as associações estudadas são culturais e de recreio. Legalmente, os seus estatutos foram aprovados e publicados pelo Diário da República Portuguesa. Algumas delas estão também registadas no Registo Nacional de Associações Juvenis, e outras foram declaradas pelo Estado como sendo de “Utilidade Pública” (ainda de referir o preceito legal que obriga a associação a registar o seu nome no Registo Nacional de Pessoas Colectivas).

Mas não só podemos considerar o tipo de associações desde o ponto de vista jurídico. O ponto de vista dos seus associados oferece uma nova luz para compreender melhor a tipologia das mesmas. Estas associações formais, estatutariamente constituídas, são definidas pelos seus líderes associativos de duas maneiras. A primeira (e em relação com os seus objectivos, finalidades e actividades) como “culturais”, “desportivas”, “recreativas” e “de desenvolvimento”. A segunda, como agrupamentos de colectivos com relações e ligações específicas entre os mesmos (associações de “de amigos”, “de jovens”). As associações são designadas como instituições sociais “comunitárias” com base em relações sociais internas de tipo primário (familiar, de amigos e parentes).

Também é importante destacar o papel atribuído aos jovens dentro de estas associações. Neste sentido a associação converte-se num espaço de socialização e construção da “juventude”.

Além do mais, é preciso destacar que as associações podem ser declaradas pelo Estado como de “Utilidade Pública”, o que significa um estatuto privilegiado. Este estatuto e o seu reconhecimento oficial revestem-se de uma importância fulcral para a isenção de determinados encargos fiscais. O quadro legal de utilidade pública foi aprovado pelo Decreto Lei n.º 460/77 de 7 de Novembro e recentemente alterado no regime de regalias e isenções fiscais introduzidas pela Lei 151/99 de 14 de Setembro. A declaração abrange as pessoas colectivas constituídas como associações ou fundações e que prossigam fins de interesse geral. O processo administrativo de

reconhecimento é muito simples, basta preencher um impresso próprio dirigido ao Primeiro-Ministro.

É importante referir que a Lei n.º 123/99 de 20 de Agosto dá apoio ao associativismo cultural, às banda de música e filarmónicas. Nessa lei, todas as associações que se dediquem à actividade musical passaram a dispor da possibilidade de reaver do Estado os montantes despendidos com o IVA relativo à aquisição de instrumentos musicais utilizados exclusivamente nas suas actividades.

8. OS ESTATUTOS ASSOCIATIVOS E OS REGULAMENTOS INTERNOS

Quadro n.º 4: Número de associações com estatutos e regulamentos internos

Com estatutos	42
Com regulamentos internos	8
Sem estatutos	1

No concelho de Miranda do Douro só três associações têm regulamentos internos relativos aos deveres dos órgãos sociais e suas competências (quais os estatutos dos sócios, quais os requisitos exigidos para ser sócio, obrigações de cada sócio perante a associação, eleições para a direcção e respectiva duração do mandato), nos restantes municípios, nenhuma associação possui algum regulamento do género. De destacar que há associações que, apesar de não terem regulamento interno que o especifique formalmente, informalmente colocam como condições para aderir à associação ter nascido na aldeia, possuir residência no povoado ou nele ter familiares. Estamos perante uma situação em que o grupo fixa os limites simbólicos que delimitam e regulam a integração nele de elementos alheios procedentes de outras comunidades. Encontramo-nos assim, defronte a alguns casos em que as condições de reprodução social do colectivo colidem com anseios e necessidades por este frequentemente lembrados. Estes anseios exprimem muitas vezes o desejo de ver contrariado o processo de desertificação humana, ora muitos dos mecanismos de recrutamento de sócios demonstram uma permanente vigilância da comunidade face ao exterior. Quem não preencher certos requisitos de filiação e de relação com a comunidade, terá dificuldades em entrar, isto, fruto de dinâmicas de reprodução social que privilegiavam a manutenção de laços e de relações intracomunitárias (Cohen, 1985).

9. OS ASSOCIADOS

Um primeiro indicador que cabe destacar após a leitura dos dados é tem a ver com a percentagem de população dos concelhos do Planalto Mirandês que se encontra associada a um colectivo cultural/recreativo. Assim, e tal como demonstrado no quadro 2, o número total de inscrições em associações é de 8122, o que representa 32,75% da população residente nos três municípios. Apesar de haver indivíduos que se associam a mais do que uma colectividade, retirando consequentemente à relação acima apresentada a necessária exactidão, achamos que não deixa de se apresentar como um indicador que vale a pena reter.

Estamos a falar de um universo de associados que, tal como a natureza e objectivos das associações, também eles se apresentam de uma forma bastante heterogénea; heterogeneidade esta, que se nota no estatuto social, económico e ao nível do grau de literacia. A mesma associação congrega um leque bastante representativo do tecido social da localidade (não esquecendo a população que migrou para fora desta). Por norma, as associações reúnem um elenco de associados que vão desde o agricultor, o profissional liberal, o técnico, o professor, o estudante, etc... Há algumas associações cujos sócios são toda a população do povoado, e, na maior parte dos casos, cada associação abarca uma percentagem significativa dessa população (ver quadro 6). No entanto, cabe mencionar as excepções (sete) em que não se verifica este nível de associativismo; trata-se de associações que fazem depender a possibilidade de entrada de novos sócios de factores ligados à profissão, ao nível de literacia, à habilidade, capacidade e interesse pela prática de saberes específicos (música, dança de pauliteiros).

Com clareza apercebe-mo-nos que é fora das capitais concelhias que se regista um nível maior de associativismo. De destacar o caso de Mogadouro, onde as associações da sede do concelho detém alguns dos mais baixos valores de todo o Planalto (ver quadro 6).

As elevadas percentagens de adesão ao movimento associativo, não significam a necessária correspondência em termos de envolvimento pessoal dos associados às suas colectividades. Com efeito, em primeiro lugar há que referir que uma das principais queixas de alguns dirigentes é a falta de colaboração e o não pagamento das quotas. Confrontados com esta situação, alguns responsáveis de algumas associações (pelo menos três, de acordo com o que podemos aferir dos contactos que efectuámos) têm optado por nem sequer se preocuparem com a quotização, afirmando que os proventos vindos das quotas são manifestamente insuficientes e insignificantes no orçamento das suas associações, para além de exigirem um enorme consumo de “tempo e de paciência” (Homem, 29 anos, 22-10-2002) na sua obtenção.

Quanto às condições formais necessárias para passar a ser sócio são: a autoproposta ou proposta –convite- de outros sócios e o pagamento de jóia e quotas. As características sociais dos sócios são: pessoas naturais da povoação na qual está inserida a associação, que mantêm relações de vizinhança, amizade e parentesco. Estas relações são reforçadas ritualmente mesmo com os que residem fora da povoação sede; para este reforço contribuem significativamente as actividades levadas a cabo pelas associações. Assim o destaca um entrevistado:

“Há uma terra que nos une, mesmo aos que estão fora e que aparecem esporadicamente em festas, férias...” (homem, 33 anos, 21-6-2001)

A idade de ingresso nas associações oscila entre os três e os catorze anos (Associação Cultural e Recreativa de Cércio e Associação Cultural de Palaçoulo, respectivamente). Nalguns casos a entrada como sócio só é permitida aos 18 anos (exemplo: a Associação Cultural e Recreativa de Picote).

Geralmente os sócios são jovens e maioritariamente homens entre os vinte e os quarenta anos. Observemos o quadro seguinte, testemunho de um caso que pensamos ser representativo:

Quadro 5: Idade e género dos sócios da Associação Cultural e Recreativa Constantinense

Idades	Género feminino	Género masculino	Total
Menos de 15 anos	47	62	109
15-29 anos	63	99	162
Mais de 30 anos	24	51	75

Total	134	212	346
-------	-----	-----	-----

Também há excepções a esta regra, como é o caso do Centro Cultural de Sendim ou a Associação Cultural e Recreativa de Pinelo (em Vimioso), com mais sócios mulheres que homens.

Nesta questão estamos frente a um problema e um drama, que é o abandono da terra pelos mais jovens, o que motiva uma falta de dinamismo muito grande, aliás esta ideia foi-nos insistentemente referida pelos vários interlocutores com quem contactámos. Algumas aldeias são “comunidades partidas” em dois tempos. Durante a semana e aos fins de semana (nestes últimos verifica-se o regresso dos estudantes e da restante população que migrou para a sede de concelho ou para o litoral); também durante o inverno e o verão (quando regressam os emigrantes). No nosso trabalho de campo muitas vezes escutámos frases bem significativas como: “andam todos a estudar” (homem, 39 anos, 16-10-2002), “a rapazeada está toda para fora” (homem, 65 anos aprox., 14-10-2002), “falta pessoal” (homem, 38 anos, 20-10-2002).

Curioso que, quando inquiridas acerca do que uma instituição universitária como a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro pode fazer pelas associações, as pessoas por estas responsáveis não hesitaram em exprimir o desejo de que a instalação em Miranda do Douro de um pólo da UTAD (a funcionar desde 1998) possa mudar parcialmente o panorama acima descrito. A mesma, ao que nos foi contado, terá sido responsável pelo desenvolvimento de expectativas nos jovens da terra de se formar e estudar no próprio contexto territorial.

Quadro 6: Relação entre população residente e população associada.

Freguesias	População presente da freguesia	População residente da freguesia	Número de associados	Relação entre número de associados e população residente
Concelho de Vimioso				
Argozelo (C. C. P. de Argozelo)	762	816	55	6.7
Caçarelhos (G. F. R. De Caçarelhos)	271	273	80	29.3
Campo de Víboras (C. C. R. D. Campo de Víboras)	145	145	0(a)	0.0
Carção (A. C. D. C. Carção)	544	535	281	52.5
Pinelo (A. C. R. Pinelo)	267	273	200	73.3
Santulhão (A. M. Santulhana)	487	509	0(a)	0.0
Vale de Frades (A. C. R. Vale de Frades)	195	204	118	57.8
Vilar Seco (A. C. R. Vilar Seco)	189	221	87	39.4
Vimioso (C. S. C. Vimioso)	1148	1201	0(a)	0.0
Vimioso (A. H. Bombeiros Vol. Vimioso)	1148	1201	1500	124.9
Concelho de Miranda do Douro				
Cicouro (A. C. Cicourense)	102	105	70	66.7
Constantim (A. C. R. Constantinense)	120	117	346	295.7
Genísio (A. C. Sol Nascente)	226	233	233	100.0
Malhadas (A. C. R. Malhadas)	389	399	0(a)	0.0
Miranda do Douro (A. C. Pauliteiros de Miranda)	2081	2154	500	23.2
Miranda do Douro (A. Filarmónica Mirandesa)	2081	2154	127	5.9
Miranda do Douro (A. Professores do P. Mirandês)	2081	2154	30	1.4
Palaçoulo (A. C. de Palaçoulo)	645	678	250	36.9
Paradela (A. C. Fronteira de Paradela)	161	165	80	48.5
Picote (A. Frauga, A. D. I. De Picote)	363	371	180	48.5
Picote (A. C. R. Picote)	363	371	156	42.0
Póvoa (G. C. R. "Renascer das Tradições")	242	244	120	49.2
São Martinho de Angueira (A. de Amigos de S. Martinho)	338	359	237	66.0
Sendim ("Mirai Qu'Alforjes", A. de Juventude de Sendim)	1358	1432	220	15.4
Sendim (C. C. de Sendim)	1358	1432	126	8.8
Sendim (G. Pauliteiros de Sendim)	1358	1432	30	2.1
São Pedro da Silva (A. C. R. São Pedro da Silva)	307	311	223	71.7
Duas Igrejas ("Galandum Galandaina" A. C. Fonte de Aldeia)	711	749	350	46.7
Duas Igrejas (A. C. R. Fonte de Aldeia)	711	749	160	21.4
Duas Igrejas (A. C. R. Cécio)	711	749	150	20.0
Duas Igrejas (A. R. C. Vale de Mira)	711	749	0(a)	0.0
Atenor (A. C. R. Teixeira)	174	172	113	65.7
Concelho de Mogadouro				
Bemposta (A. D. Cardal do Douro)	679	711	66	9.3
Bemposta (Agrupamento de Escuteiros de Bemposta)	679	711	41	5.8
Bemposta (C. C. R. Bemposta)	679	711	180	25.3
Bruçó (C. C. R. Bruçó)	265	274	150	54.7
Castro Vicente (A. S. C. D. R. Castro Vicente)	402	418	400	95.7
Mogadouro (Fórum Terras de Mogadouro)	3525	3659	60	1.6
Mogadouro (A. Mogadouro Vivo)	3525	3659	360	9.8
Penas Roias (C. C. R. Penas Roias)	431	461	156	33.8
Peredo de Bemposta (A. C. R. Peredo de Bemposta)	257	258	180	69.8
Soutelo (A. C. R. Soutelo)	180	185	200	108.1
Urrós (A. C. de Solidariedade Social de Urrós)	404	428	160	37.4

10. A GESTÃO DO PODER

No mundo associativo o trabalho quotidiano é realizado por algumas poucas pessoas voluntárias, geralmente pertencentes à direcção. É num misto de lamento e orgulho que estas se auto-proclamam “os carolas”, não deixando de vincar a ideia de que “só por carolice é que as coisas andam”. Apesar desta concentração de decisões e de tarefas organizativas, também é usual mencionarem que “quando há festa ajudam todos” (homem, 39 anos, 16-10-2002).

Cabendo às Assembleias Gerais a tomada de decisões de maior envergadura, na prática são os elementos mais intervenientes e dinâmicos das direcções quem decide. Aliás, é uma situação recorrente a não realização de actos eleitorais; não por manifesto déficit democrático, mas antes por dificuldades na reunião de quorum para as Assembleias Gerais, ou na definição de listas. Normalmente, são os elementos que “pegaram” na associação ou os que a fundaram quem permanece à frente das mesmas. É de destacar que as decisões de certa envergadura são tomadas pelas Assembleias Gerais das associações, mas também que as associações são potencialmente instituições de exercício e ensino da democracia participativa dos cidadãos:

“Pode-se dizer que existe um trabalho em equipa entre os associados, que se manifesta sobretudo na cooperação mútua aquando da realização das actividades desta associação. As decisões são tomadas colegiadamente, e todos têm a oportunidade de dar a sua opinião e contributo. O trabalho é repartido em função da disponibilidade do grau de exigência da tarefa, surgindo por vezes pequenos conflitos em consequência dos inúmeros associados que querem colaborar” (Entrevistadora da Associação Cultural e Recreativa de São Pedro da Silva, 26 anos, 21-6-2001).

“Cooperam todos, especialmente os mais jovens, estando as tarefas repartidas, dependendo das actividades a realização. As datas diferem conforme as actividades em causa, dado que a associação promove actividades durante todo o ano. Esta associação encontra-se distribuída por pelouros, ou seja; a área cultural e a área recreativa em que cada uma delas possui a sua própria direcção. A área cultural inclui tudo o que tem a ver com pauliteiro, as suas danças, os “casamentos”, a festa da “Mocidade”, ensaios de peças de teatro, “Magusto”, “Machorra”. A parte recreativa diz respeito aos jogos tradicionais, torneios de futebol de cinco, provas desportivas. A própria direcção da associação tem a seu cargo não só a representação da associação em si mas também as tarefas mais importantes de coordenação, incluindo infraestruturas, angariação de fundos, inscrição de sócios, contabilidade; promovem reuniões com associados para análise das actividades a realizar” (Entrevistadora da Associação Cultural e Recreativa Constantinense, 22 anos, 21-6-2001)

11. AS INFRAESTRUTURAS DAS ASSOCIAÇÕES

Nos Concelhos de Miranda do Douro, Vimioso e Mogadouro as associações costumam ter uma sede social da qual são proprietárias, conseguida depois de muito trabalho e esforço, ou cedida pela Junta de Freguesia. Estas sedes são nalguns casos recuperações de velhos patrimónios (ex.: Antigo quartel da Guarda Fiscal em Paradela), reconvertendo assim e reutilizando a memória colectiva da aldeia associada a determinados espaços. É de notar o esforço das associações na recuperação e valorização do património arquitectónico.

Muito comum encontrar nas sedes das associações um pequeno bar, que serve de espaço de sociabilidade entre os habitantes da aldeia, pois está aberto a toda a população. Normalmente, os sócios têm direito a descontos nos consumos efectuados nestes bares. A sede social também costuma ter uma sala para jogos de mesa (ex.: cartas, dominó) e uma televisão. Além do mais, é na sede social que usualmente se encontram os arquivos e a sala de exposições (de *memorabilia* dos principais eventos organizados pela associação).

Quadro 7: Tipos de sede social das associações:

	Vimioso	Miranda do Douro	Mogadouro	Totais
sede social propriedade da associação	6	14	7	27
sede social em espaço cedido	3	7	3	13
sede social em habitação particular	1	1	1	3

Tendo em conta o facto de a organização de actividades desportivas ser um dos principais eventos que mobilizam os sócios e as populações em geral, são inúmeras as associações que possuem espaços próprios ou cedidos para a prática de desporto, em especial de “futebol de onze”. Para além do bar e do campo de futebol, é comum entre a maioria das associações a manutenção de um espaço que permita a apresentação de pequenas peças de teatro ou

eventos musicais, bailes, etc., também são bastantes as colectividades que edificaram infra-estruturas que facilitam a realização de churrascos, matanças do porco, entre outras... Esta é a tendência dominante, no entanto, há a destacar algumas associações que, pela tipologia e especificidade dos eventos que desenvolvem, edificaram um conjunto mais variado de infra-estruturas. A título de exemplo, podíamos referir a recuperação de um campo para o cultivo da planta do linho (inserido numa das actividades principais da Associação Cultural e Recreativa de Soutelo, que é a recuperação e divulgação do “ciclo do linho”); a construção de uma pista de modelismo capaz de receber provas de cariz europeu (pela Associação Mogadouro Vivo); a recuperação de um moinho de água (pela Frauga).

12. OS EQUIPAMENTOS DAS ASSOCIAÇÕES

Entre os equipamentos das associações não faltam o telefone, a televisão, a rádio e a aparelhagem de música. Mas no caso do fax, o computador, as impressoras, a fotocopadora, a máquina de fotografias, o aparelho de vídeo, a câmara de filmar e o *scanner*, as desigualdades são maiores.

Também ao nível dos equipamentos há a destacar a Associação Cultural e Recreativa de Soutelo (Concelho de Mogadouro), que conseguiu um património material digno de menção: uma cozinha toda equipada e capaz de fornecer refeições para 60 pessoas (associada à realização de cursos e demonstrações de cozinha tradicional da região), quatro teares, uma máquina de espadelar o linho (única no país, segundo a responsável da Associação).

Quadro 8: Número de associações com computador e ligação à internet

	Ass. Com computador	Ass. Sem computador	Ass. com internet	Ass. sem internet
Vimioso	3	7	2	8
Miranda do Douro	11	10	3	18
Mogadouro	6	5	4	7

13. AS ACTIVIDADES REALIZADAS

Neste ponto não se trata tanto de relatar todas as actividades que as associações dos concelhos que estudámos desenvolvem, mas mais observar a sua importância e significado. Neste contexto, algumas questões tornam-se prementes: podemos afirmar que as actividades desenvolvidas são meramente o espelho de uma certa criatividade cultural, ou tratar-se-ão mais de uma legitimação do poder político, ou ambas? Estarão as associações culturais a atingir os seus objectivos através das actividades que realizam?

Se bem que a resposta a estas perguntas não é fácil, implicando um trabalho mais aprofundado e intensivo, tentaremos fazer uma aproximação ao assunto. Em primeiro lugar há que referir as principais actividades realizadas:

- a) Organização torneios de Jogos tradicionais (como a malha, o fito, a raiola, e o ferro, etc...).
- b) Jogos de cartas, matrecos ou matraquilhos, etc. (mais durante o inverno e na sede da associação).
- c) Organização de jogos e torneios de futebol.
- d) Provas de atletismo.
- e) Passeios pedestres e ciclo-turísticos.
- f) Corrida de burros.
- g) Festas de convívio entre os associados.
- h) Festividades do ciclo anual (ex.: passagem de ano, , fogueira do galo na noite de Natal, cantar dos Reis, celebração do Entrudo com trovas e casamentos, encomendação das almas na Quaresma, os passos na Sexta-feira Santa, a festa da flores ou da primavera).
- i) Celebrações rituais como a festa do velho e da velha, a festa dos “rapazes” ou das “morcelas” (27 de Dezembro, dia de São João Evangelista), a “machorra”, matança do porco, etc.

- j) Convívios internacionais (ex.: Entre os da Associação Cultural Fronteiriça de Paradela e os da Asociación Cultural de Castro (Espanha), na altura do mês de Agosto).
- k) Exposições de pintura.
- l) Palestras.
- m) Edições de livros e de roteiros turísticos.
- n) Festivais de música “tradicional” e “moderna” (ex.: Festival Intercéltico de Sendim, festival de rock de São Pedro da Silva, Festival Céltico de Santulhão).
- o) Dança e música dos pauliteiros pelo país e o estrangeiro.
- p) Actuações musicais (ex.: gaitas de foles).
- q) Teatro.
- r) Recolha de dados etnográficos.
- s) Festivais da língua mirandesa.
- t) Formação musical (gaita de foles).
- u) Criação de bibliotecas
- v) Organização de excursões.
- w) Organização de provas de modelismo.
- x) Encontros, seminários e congressos sobre temáticas locais.
- y) Cursos de formação profissional.

Algumas destas actividades são demarcadoras das etapas do ciclo anual, mas outras, como a “machorra”, são demarcadoras da passagem de uma idade juvenil a uma idade adulta, afirmando a masculinidade como identidade de género. As actividades servem assim, não só como definidoras do tempo, mas também como socializadoras e integradoras. Isto pode ser bem demonstrado pelo acréscimo de actividades durante as férias, especialmente no verão, que é quando regressam os emigrantes. Apesar do contributo que estas actividades aportam à coesão social e à recriação da identidade comunitária, não as isenta de funcionarem também como foco de tensões e rivalidades inter e intracomunitárias.

Voltando às questões levantadas no princípio deste capítulo, não podemos deixar de constatar que algumas actividades são movidas por uma certa ânsia de protagonismo social. Bem ilustrativo desta situação é quando algumas

associações são orientadas e dinamizadas por elementos que buscam uma notoriedade social e política com o objectivo de preparar candidaturas a lugares de destaque na vida partidária e politico-administrativa locais, ou então como forma de exercerem algum tipo de oposição a outras facções ou elementos que detém postos na política local.

Cientes de que este tema merece muito mais atenção do que aquela podemos dispensar neste trabalho e que carece de um estudo bastante mais atento e pormenorizado (prestando mais atenção às estruturas que condicionam as lógicas, modos de operar e valores da vida política local), a ideia apresentada no parágrafo anterior é apenas uma de entre as impressões captáveis mais imediatamente.

14. O FINANCIAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES

Apesar de todas as associações estarem desprovidas de fins lucrativos, o financiamento das mesmas são, simultaneamente, uma necessidade e um problema. As fontes principais de financiamento provêm de:

- a) Jóias e quotas de sócios.
- b) Câmara Municipal.
- c) Junta de Freguesia.
- d) Bar da associação.
- e) Governo Civil.
- f) Instituto Português da Juventude.
- g) Segurança Social.
- h) Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- i) Parque Natural do Douro Internacional.
- j) Corane – Agência de Desenvolvimento Local (gestora de fundos estruturais da União Europeia).
- k) Instituto das Artes e do Espectáculo.
- l) Ministério da Cultura.
- m) Região de Turismo do Nordeste Transmontano.
- n) Inatel.
- o) Patrocínios comerciais como a EDP (Electricidade de Portugal).
- p) Contribuições eventuais de comerciantes e industriais para as mais variadas actividades.

Para além dos subsídios atribuídos anualmente pelas câmaras municipais, juntas de freguesia e Governo Civil, o restante do financiamento está sujeito à quantidade e tipologia das actividades desenvolvidas:

“Nenhuma destas instituições contribuem numa data específica para a associação, segundo o presidente da associação, não existe uma data fixa para a contribuição, nem mesmo das

quotas. O mesmo também acontece com a quantidade que estas instituições contribuem, pois vai variando de ano por ano” (Entrevistadora do Grupo Cultural e Recreativo Renascer das Tradições, 22 anos, 21 de Junho de 2001).

No caso concreto do concelho de Miranda do Douro, a heterogeneidade no financiamento das associações é tão grande que temos algumas associações com 2.000 euros de orçamento e outras com 45.000 euros:

Quadro n.º 9 : Financiamento das associações em Miranda do Douro

Menos de 2500 euros	6
2501-6000 euros	5
6001-12000 euros	5
12001-18000 euros	2
18001-24000 euros	3
24001-50000 euros	1

Também no município de Mogadouro observa-se semelhante heterogeneidade no acesso aos fundos, captando a maioria das associações menos de 7500 euros, registando-se excepções – associações que são financiadas 50000 euros ou mesmo próximo dos 400000 euros.

É de destacar que grande parte das actividades são autofinanciadas, o que denota o esforço e o voluntarismo com que se trabalha, mas outras vezes o custo da actividade só pode ser suportado com financiamento exterior. Neste assunto podíamos discutir se estes financiamentos exteriores devem ser entendidos como um simples subsídio através do qual a associação fica endividada para com o subsidiador (seja ele público ou privado), ou se a contrapartida é entendida como uma prestação de diversos serviços (publicidade, promoção e divulgação turística da terra, coesão social) que as instituições centrais não puderam ou não quiseram cumprir.

15. AS RELAÇÕES COM OUTRAS ASSOCIAÇÕES

Apenas algumas associações promovem a cooperação entre si e mesmo assim, não de forma permanente e protocolizada. Quando existe cooperação, é sempre associada à organização de uma determinada actividade ou evento específicos. Esta participação é feita de uma forma recíproca, não havendo uma rede associativas municipais nem do Planalto Mirandês.

“Quando uma associação não pode actuar pode ir no lugar desta” (Entrevistadora da Associação de Professores do Planalto Mirandês, 22 anos, Junho de 2001).

Desde o nosso ponto de vista as actividades de cooperação internacional (ex.: Festival Intercéltico de Sendim) não só servem como espaço mais alargado de divulgação da criatividade cultural, como também como forma de promover um turismo cultural alternativo. A continuidade destas cooperações acarretará mais valias importantes para o associativismo e a sociedade civil. Mais do que uma conclusão (óbvia) do investigador, esta é uma impressão que muitos responsáveis de associações têm presente.

Também as rivalidades sócio-céntricas entre associações existem, mesmo dentro da mesma aldeia; pelo facto de fazerem uso de capitais culturais específicos que se consideram escassos:

“Há rivalidades com outra associação (não quis mencionar o seu nome) devido ao grupo de Pauliteiros, que embora sejam do mesmo sítio não se dão bem devido ao facto dos Pauliteiros de Duas Igrejas terem mais saídas e mais “calo” nestas andanças” (Entrevistadora, 21 anos, Junho de 2001).

“Algumas vezes a _____ suscita a “inveja” de outras associações locais” (Homem, 31 anos, Julho de 2001)

O facto de se estar perante uma rede associativa de círculos alargados permite que as iniciativas ultrapassem o contexto local e que haja uma vertebração e comunicação inter-territorial maior:

“Dado que esta associação cultural e recreativa se encontra inscrita no “RNAJ” (Registo Nacional de Associações Juvenis) coopera com todas as outras associações também inscritas, do distrito de Bragança, ...” (Entrevistadora, 22 anos, Junho de 2001).

“Intercâmbio de amizades (grupos das Astúrias, Gaiteiros de Sanabria e Fermoselle” (Entrevistadora do Grupo de Pauliteiros de Sendim, 21-10-2002).

16. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DAS ASSOCIAÇÕES

Os tipos de necessidades percebidas pelos líderes associativos são estas:

- a) Financeiras.
- b) Apoio financeiro e logístico das deslocações dos grupos folclóricos.
- c) De novas instalações para sede social.
- d) Mobiliário de escritório.
- e) Equipamento informático.
- f) Criação de uma biblioteca.
- g) De mais participação.
- h) Recursos humanos.
- i) Divulgação.
- j) Mais apoios.
- k) Dinamismo.
- l) Instrumentos musicais e nova indumentária.

Além de necessidades muito concretas e conscientes do género “como mudar a máquina de café”, ou “uma carrinha para transportar o grupo”, “acabar as infra-estruturas respeitantes ao mini-museu”, “equipamento musical”; todas as associações culturais do Planalto incidem sobre dois aspectos fundamentais: um deles é sobre as necessidades financeiras para sustentar as actividades que já realizam ou outras que pretendem realizar; outro são as necessidades de recursos humanos e de maior participação dos sócios e população.

Dois exemplos da expressão destes dois grandes tipos de necessidades são:

“As necessidades que mais evidenciam e referem foram as necessidades financeiras. uma maior ajuda por parte de entidades que poderiam ajudar; as necessidades humanas devido ao envelhecimento da população e desertificação que não se evidencia em Sendim mas como em todo o concelho e interior transmontano” (Entrevistadora da associação Mirai Qu’Alforjes de Sendim, 21 anos, Junho de 2001)

“Têm algumas necessidades em relação ao financiamento, mas preocupação maior são os recursos humanos. O que faz mesmo falta é um grupo de 5 a 10 pessoas que tenham força de vontade para trabalhar e que levem as coisas para a frente. Segundo o Sr. José “vai ser a UTAD que nos vai apoiar”” (Entrevistadora da Associação Cultural Pauliteiros de Miranda, 22 anos, Junho de 2001 e Sr. José, 38 anos)

Nestes dois discursos, além da expressão das necessidades, encerram-se teorias sociais autóctones que têm a ver com uma auto-análise da realidade social do Planalto Mirandês: envelhecimento, desertificação, falta de jovens e o seu resultado (falta de líderes dinâmicos que mobilizem comunidades para a participação). Enfim, estamos perante um discurso que não disfarça uma visão catastrofista e irremediável relativa a uma realidade. Apesar disso, pensamos que as associações culturais e de recreio representam uma “resistência” muito importante face aos problemas sociais da terra e criativamente intensa no que respeita à resolução dos mesmos.

Outro exemplo de teoria nativa coloca o problema não só a partir da escassez de meios financeiros e de participação, mas também desde um ponto de vista das relações com as instituições representativas do poder político; instituições estas que parecem não reconhecer a importância que estas associações têm ou podem ter para um desenvolvimento local integral.

“As maiores necessidades resultam dos poucos meios financeiros de que dispõe o que limita o seu campo de acção; a falta de empenhamento de muitos associados nas actividades realizadas; as dificuldades de reconhecimento de acção da associação por parte do poder instituído” (Homem, 30 anos, Julho de 2001).

Ao longo dos contactos que tivemos oportunidade de encetar no terreno, ouvimos também a outra parte, isto é, não nos limitámos a escutar as associações e os seus responsáveis, também dialogámos com responsáveis por pelouros da cultura e outros agentes políticos. Verificamos que as lacunas

mencionadas no parágrafo anterior existem, e que algumas das associações são utilizadas com a finalidade de legitimação política. Estamos conscientes das dificuldades em demonstrar empiricamente esta afirmação, no entanto trata-se de ideias que, antes de resultarem do labor interpretativo do investigador, já tinham sido assumidas e comunicadas pelos próprios interlocutores associativos (e mesmo entre as opiniões da população em geral).

17.OS DESEJOS DE MUDANÇA

Há duas linhas distintas de discurso relativamente a este ponto. Uma primeira que deixa a ideia de que as coisas estão bem como estão e que pouco ou nada mais há a fazer em prol da dinamização e funcionamento da associação; uma Segunda, em clara oposição à primeira, que expressa um sentimento de inconformidade com “estado de coisas” sem deixar de lamentar o facto de a participação da população e mesmo dos associados não ser maior – esta corrente discursiva revela que existe da parte de alguns responsáveis associativos a consciência de que o trabalho por eles desenvolvido no seio das associações é fundamental para a coesão e dinâmica das suas comunidades. Aliás, é notório que são as associações com elencos directivos que guardam esta consciência e que a ela dão voz as que desenvolvem actividades com um carácter de maior constância e mais ligadas a questões do foro patrimonial/cultural.

Concretamente, uma das necessidades que os responsáveis associativos mais referiram está intimamente ligada aos espaços de encontro público e colectivo, cientes de que se trata de uma condição que influencia positivamente a resposta e motivação da população. Enfim, a vontade de mudança vai de encontro à expectativa de reconhecimento do papel da associação por parte da comunidade enquanto instituição fundamental para o cimentar dos laços de solidariedade.

“Se pudesse arranjar maneira de ter uma sede própria e aumentava os números de sócios” (Homem, 26 anos, Maio de 2001).

“A principal mudança a introduzir no seio da associação seria a co-responsabilidade e o convite à participação de mais pessoas nas actividades da associação” (Homem, 30 anos, Julho de 2001).

“Julgo que seria importante sensibilizar e consciencializar a população e a comunidade em geral para a importância do papel que esta associação desempenha e poderá vir a desempenhar no seio da comunidade” (Entrevistadora da Associação Cultural e Recreativa de São Pedro da Silva, 26 anos, Maio de 2001).

“São vários os objectivos, mas está um pouco parado, devido ao facto de não haver união no seio da aldeia, pouco apoio em termos de recursos humanos, são vários elementos mas só trabalha um ou dois.” (Homem, 38 anos, 20-6-2001)

Os discursos de mudança personificam um desejo no sentido de “mudar para fazer mais e melhor”, para “ensinar às pessoas a trabalhar com os computadores”, “criar um grupo de teatro amador e um grupo de pauliteiros”, “organizar acções de formação”, “fazer mais intercâmbios”, “ter mais elementos de preferência jovens”.

18. O CONTRIBUTO ASSOCIATIVO PARA A DINAMIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DO PLANALTO MIRANDÊS

De acordo com os responsáveis pelas associações, são quatro os tipos de contributos:

a) Divulgação da cultura local:

“Todas as associações são importantes no Planalto Mirandês, porque o pouco que se faz por cá vem do trabalho das mesmas. E se estas param tudo acaba por “morrer”, perdia-se a Cultura Tradicional que caracteriza a nossa região...”(Entrevistada da Associação Cultural Pauliteiros de Miranda – Duas Igrejas, 21 anos, Junho de 2001).

“Segundo o presidente, esta associação tem bastante importância porque levam o nome das terras de Miranda além fronteiras e também por causa do elevado número de sócios que a constituem” (Entrevistada de Mirai Qu’Alfojes, 21 anos, Junho de 2001)

“Ninguém nos conhecia se não fosse a associação” (Homem, 39 anos, 16-10-2002)

b) Preservação e recuperação da cultura e do património cultural locais:

“Muita importância, sem ela muitos usos e costumes que antigamente eram praticados nas Terras de Miranda do Douro ter-se-iam perdido” (Entrevistado da Associação Cultural e Recreativa Constantinense”, 22 anos, Junho de 2001).

“É a única associação do concelho de Miranda do Douro a realizar uma festa da gaita de foles anualmente” (Entrevistado do Grupo Cultural e Recreativo Renascer das Tradições – Póvoa, 20 anos, Junho de 2001).

“A Associação, assim como outras do concelho, evitaram que se perdessem muitas das tradições antigas, como os pauliteiros, a celebração de Carnaval, o Cantar dos Reis e Natal” (Entrevistado da Associação Cultural de Palaçoulo, 22 anos, Junho de 2002).

c) Reforço da coesão e da solidariedade social:

“É uma maneira de juntar os mirandeses, colaborar, participar e fazer intercâmbio, aumentar o companheirismo, é um bem” (homem, 45 anos, 20-10-2002).

d) Reforço do papel das Juntas de Freguesia:

“A importância é máxima. As associações culturais têm imensa importância nas Terras de Miranda pois conseguem superar e rivalizar com quase todas as juntas de freguesia” (Homem, 23 anos, 23-10-2002).

19. EXPECTATIVAS DE APOIOS

A expectativa que as associações têm é de apoio por parte da Junta de Freguesia, Câmaras Municipais, Governo Civil e outras instituições do Estado (como o Instituto Português da Juventude) na satisfação das suas necessidades. Algumas associações chegam a defender uma política de “café para todos”:

“Podiam apoiar um pouco mais as associações, por exemplo, com uma verba mínima para cada uma –ex.: 50 contos-, porém uns recebem muito e outros nada” (Homem, 39 anos, 16-10-2002).

Outras reforçam a ideia de que as instituições públicas devem assumir o papel de mediadoras e coordenadoras entre todas as associações dos concelhos.

Especial capítulo merece o que elas esperam da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que tem um pólo universitário em Miranda do Douro desde o ano 1998, no qual se ministram os cursos de Antropologia Aplicada e Trabalho Social:

“A UTAD pode colaborar no sentido de divulgar os cursos para fixar os jovens na região. Se o pólo da UTAD divulgasse os seus cursos junto das associações talvez fosse visível e exequível para o fim pretendido” (Homem, 40 anos, 20-10-2002).

“A UTAD podia fornecer-nos computadores (já agora, não têm por lá computadores velhos?!) e técnicos ou professores para termos cá a rapaziada a aprender informática e também para fazerem os trabalhos e estudarem” (Homem, 29 anos, 24-10-2002).

“A UTAD podia pôr-nos cá uns preparadores físicos e treinadores de futebol para os jovens que jogam, já que tem cursos de desporto” (Homem, 40 anos, 16-10-2002)

Relativamente ao papel da universidade, também se afirma que esta deve estudar, investigar, dar apoio técnico, dar-se a conhecer e dar a conhecer as associações, que é um pouco o objectivo deste projecto, sempre bem-vindo e aceite pelos responsáveis das associações. Destaca-se numa ou outra entrevista que a UTAD deveria liderar projectos de intervenção junto das comunidades nas quais está inserida, e, mais especificamente, também se afirma que deveria ajudar na organização e gestão das associações.

20. SÍMBOLOS E ÍCONES DAS ASSOCIAÇÕES

Pegando no conjunto das associações culturais e recreativas de um concelho – Miranda do Douro -, permite-nos discernir o seguinte conjunto de símbolos:

Quadro 10: Símbolos das associações do concelho de Miranda do Douro

“Associação Cultural Fronteira” de Paradela	O cruzeiro da aldeia
“A Frauga – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Picote”	Uma bigorna de uma forja que representa o trabalho e transformação que a associação pretende levar a efeito.
“Associação Cultural e Recreativa de São Pedro da Silva”	A silva e a chave de São Pedro, muito ligados ao topónimo da aldeia
“Associação de Amigos de São Martinho”	Um caranguejo, pois havia muitos no rio e é a identificação da aldeia
“Galandum Galandaina” – Associação Cultural de Fonte de Aldeia	Cruzeiro da aldeia
“Associação Cultural de Palaçoulo”	Um bombo, a gaita de foles e os paus dos pauliteiros.
“Mirai Qu’Alforjes” – Associação de Juventude de Sendim	“Mirai Qu’Alforjes” é o nome de uma dança dos pauliteiros, assim como também de um laço que existe.
“Grupo Cultural e Recreativo Renascer das Tradições” – Póvoa	Uma lucerna (suporte com uma vela acesa) que mantém a chama das tradições.
“Associação Cultural e Recreativa de Malhadas”	Espigas e igreja classificada pelo IPAR como imóvel de interesse público (monumento nacional).
“Associação Cultural e Recreativa Constantinense” – Constantim	Os paus dos pauliteiros, as castanholas e o chapéu do pauliteiro. No estandarte tem uma uva, uma espiga de trigo e uma caixa.
“Associação Cultural e Recreativa de Teixeira – Teixeira – Atenor	Um escudo que integra duas espigas de trigo, uma bola de futebol, uma truta e um caranguejo.
“Associação Cultural Pauliteiros de Miranda” – Duas Igrejas	Dois pauliteiros.
“Associação Filarmónica Mirandesa” – Miranda do Douro	Uma harpa
“Associação de Professores do Planalto Mirandês” – Sendim	Bandeira
“Associação Cultural Cicourense” –Cicouro	Candeia de petróleo, pois era “a luz que se usava aqui na fronteira”, também representa “o preservar das coisas antigas” (homem, 45

	anos, 20-10-2002)
“Grupo de Pauliteiros de Sendim” - Sendim	Oito pauliteiros e os gaiteiros tocando a gaita junto com a caixa e o bombo
“Associação Cultural e Recreativa de Fonte Aldeia” – Fonte Aldeia	Uma bola de futebol, dois “paulitos”, uma estrela, e uma aldeia.
“Associação Cultural e Recreativa de Cércio – Grupo Folclórico dos Pauliteiros de Cércio”	Dois pauliteiros a dançar
“Associação Cultural e Recreativa de Picote”	Escudo com os símbolos do concelho: escudos, pauliteiro dançando, e legenda: “Querer Poder”
“Associação Cultural e Recreativa de Genísio “Sol Nascente””	Montanhas e sol nascente
“Centro Cultural de Sendim”	A Igreja de Sendim
“Associação Recreativa e Cultural de Vale de Mira”	Não tem símbolos

Estes símbolos funcionam em muitos casos como ícones e são dos seguintes tipos:

- a) Património cultural construído.
- b) Património cultural mobiliário.
- c) Elementos ligados ao significado do topónimo da povoação na qual estão sediadas.
- d) Elementos ligados à economia tradicional.
- e) Elementos ligados à produção cultural musical.
- f) Elementos ligados às actividades principais da associação.
- g) Elementos ligados à Igreja Católica.

Nalguns casos o próprio nome da associação tem um significado simbólico que recupera a tradição e a língua mirandesa:

“Mirai Qu’Alforjes é também uma provocação às senhoras. Alforjes são os sacos que se põem em cima dos burros, são tecidos à mão, decorados ao gosto de cada senhora, e todas as vezes que se via uma rapariga bonita e jeitosa era normal dizer-se a frase Mirai Qu’Alforjes; serve também para perpetuar a língua mirandesa” (Homem, 26 anos, Junho de 2001).

“O nome “Galandum Galandaina” é o nome de uma das músicas e, como o objectivo é divulgar a cultura mirandesa, tem este nome em mirandês” (Homem, 29 anos, Junho de 2001).

“‘Frauga’ quer dizer pedra, grande. Como as que estão ali junto ao rio Douro, nas arribas” (homem, 60 anos, Maio de 2001).

21. CONCLUSÕES DE SÍNTESE

Relativamente à investigação temos que sublinhar a necessidade de continuar a aprofundar no estudo votando particular atenção ao uso de metodologias baseadas na observação-participante. Isto permitirá interpretar, compreender e verificar algumas das hipóteses neste relatório avançadas. Acima de tudo, pensamos ser absolutamente fundamental acompanhar mais de perto todo o processo de preparação de algumas actividades, assim como a sua execução. Perscrutando desta forma, todas as contingências que marcam o labor dos responsáveis associativos, todas as forças, tensões, dificuldades, facilidades, redes, estratégias, processos negociais...

Pensamos que resultaria numa mais valia assinalável alargar o contexto territorial de estudo, estendendo-o aos concelhos de Bragança e Vinhais, no lado português, para estudar mais pormenorizadamente e num contexto “raiano” as associações culturais e de recreativas. Ao mesmo tempo resultaria mais proveitosos uma maior utilização do método comparativo antropológico e um reforçar do estudo do lado espanhol, de modo a permitir uma mais profícua produção de conclusões sobre as semelhanças e diferenças entre Portugal e Espanha.

Apesar das limitações que já referimos e que condicionaram no nosso trabalho de pesquisa e análise de dados, podemos avançar algumas linhas conclusivas.

Como primeira conclusão, de destacar que as associações culturais estudadas funcionam como entidades geradoras de identidade colectiva, de sentimentos de pertença a um grupo com interesses comuns. Isto é muito importante para o reforço da coesão social, mas também para o desenvolvimento integral da zona estudada. Suspeitamos que o relevo geracional está em risco e, observando esta circunstância à luz da teoria antropológica das três gerações segundo Carmelo Lisón Tolosana (Lisón

Tolosana,1966), podemos afirmar que a geração em declive aumenta e a controladora não é capaz de passar o relevo da direcção das associações à geração emergente.

Outra situação que detectámos é o aumento da intervenção do poder político na sociedade civil (representada aqui pelas associações culturais e de recreio). Esta intervenção converte-se em controlo e “seguidismo político” (Pintado Sánchez, 2000: 28), não isento às vezes de resistência (González Millán: 2000) e luta para aceder a uma nova lógica de produção sociocultural. Não se pode querer que as associações sejam “complacentes” com os poderes políticos e não aceitar que elas critiquem “politicamente” uma falha, uma carência ou uma responsabilidade não assumida. Neste ponto não podemos confundir política com partidarismo e chamamos a atenção para a necessidade de que as associações tenham um programa associativo autónomo, mas com uma linha de acção vincadamente política, uma vez que os objectivos que perseguem estão em harmonia com a ideia de melhora das condições de vida das gentes. Neste sentido, as associações como que preenchem vazios ou complementam o labor das instituições centrais, buscando esse mesmo desígnio, que é o da edificação de estruturas materiais e imateriais tendentes à melhoria dos quotidianos colectivos e individuais.

Enquanto grupos intermédios entre a sociedade civil e o Estado, as associações culturais mobilizam o povo e promovem novas formas de cidadania activa e participativa que relativizam o domínio da política e da sociedade civil pelo mercado. Propomos como objectivo orientador o fortalecimento destas associações, pois assim o dinamismo socioeconómico e a articulação territorial melhorarão consideravelmente. Não estamos a propor que o Estado administre as associações, mas sim um pós-desenvolvimento que consistiria no apoio à criação de infra-estruturas e programas de informação e formação de agentes, que permitam o livre desenvolvimento das associações, salvaguardando assim a autonomia das mesmas.

As associações culturais e de recreio são neste contexto estudado espaços-ponte (Del Valle, 1997: 218) entre o espaço doméstico e o público, isto é, representam um mecanismo de inclusão e de sociabilidade muito importante para os contextos nos quais trabalham.

As associações estudadas são uma forma de redistribuir e reequilibrar a concentração de poder e de fomentar a participação cívica. A questão da participação é vista normalmente como um problema, uma dificuldade, no entanto, pensamos que seria proveitoso apresentá-la como uma oportunidade, uma possibilidade de aumentar a participação na gestão do colectivo e do que é de todos. Aqui, a visão do que é a participação pensamos que deve estar sujeita a outra lógica diferente da habitual, em vez do “fazer comigo” dever-se-ia promover o “fazer juntos”. Participar na coisa pública não é só opinar, é também intervir, tomar decisões conjuntas, consultar, escutar, informar, co-girir, mostrar interesse e preocupar-se, nunca perdendo de vista aquilo que é do interesse geral. Isto significa caminhar para uma democracia participativa e ultrapassar a democracia de supermercado (Pintado Sánchez, 2000).

Ter associações culturais e recreativas significa ter um canal de comunicação com as pessoas, mas também uma fonte de recursos, ideias e projectos. Propomos um plano estratégico de associativismo que coordene as associações e que dinamize as mesmas.

BIBLIOGRAFIA

-ARIÑO VILLARROYA, A (2000): “Asociacionismo festivo contemporáneo en el País Valenciano”, em Zainak n.º 19, pp. 169-186.

-CUCÓ, J. (1995): La amistad. Perspectiva antropológica. Barcelona: Icaria.

- COHEN, A. P. (1985): The Symbolic Construction of Community, London: Tavistock.

-LÓPEZ DE AGUILETA, I. (2000): Cultura y ciudad. Manual de política cultural municipal. Gijón: Trea.

-MENDES, V. e FERREIRA, G. (1994): Legislação das associações. Porto: Legis editora.

-NAVARRO YAÑEZ, C. J. (1999): El sesgo participativo. Innovación democrática en municipios del Sur de Europa (1960-1995). Córdoba: Instituto de Estudios Sociales Avanzados de Andalucía (CSIC).

-PINTADO SÁNCHEZ, F. (2000): La participación ciudadana en la vida de las ciudades. Barcelona: Ediciones del Serbal.

-DEL VALLE, T. (1997): Andamios para una nueva ciudad. Lecturas desde la antropología. Madrid: Cátedra.

-GONZÁLEZ-MILLÁN, X. (2000): Resistencia cultural e diferencia histórica. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.

-LISÓN TOLOSANA, C. (1966): Belmonte de los Caballeros. Oxford: Oxford University Press.

-PINTADO SÁNCHEZ, F. (2000): La participación ciudadana en la vida de las ciudades. Barcelona: Ediciones del Serbal.

ANEXO: ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E DE RECREIO

A) ASSOCIAÇÕES CULTURAIS DO CONCELHO DE VIMIOSO

Centro Cultural e Paroquial de Argoselo

Rua de São João, n.º 2

5230 – Argoselo

Presidente: Carlos Oliveira

Principais actividades: Desporto e dinamização da cultura.

Infra-estruturas: Sede, Centro Cultural de Argoselo.

N.º de sócios: 55

Associação Desportiva e Cultural de Carção

Rua de São Roque

5230 – Carção

Telefone: 962670801

Presidente: Fernando Azevedo

Principais actividades: Completamente virada para o desporto, com o objectivo de promover a juventude. O futebol é o principal desporto da zona.

Infra – estruturas: A sede é na casa da Junta de Freguesia.

N.º de sócios: 281.

Associação Cultural e Recreativa de Pinelo

Largo da Cruz

5230 – 181 – Pinelo.

Telefone: 273512434

Presidente: Maria Carmina Pires

Principais actividades: As actividades são diversas e vão desde jantares convívio, representações teatrais, sessões de esclarecimento, festas de beneficência, passeios com a terceira idade da aldeia.

Infra-estruturas: A sede é actualmente na antiga escola primária que foi devidamente recuperada a qual é utilizada por toda a Freguesia para os mais diversos fins.

N.º de sócios: Cerca de 200.

Centro Sociocultural de Vimioso

Largo de São Sebastião

5230 – 311 – Vimioso

Telefone: 273512298

Presidente: Elizabete Fidalgo

Principais actividades: Promoção e conservação da cultura popular do concelho de Vimioso baseada especificamente no intercâmbio de ranchos folclóricos e na actuação do rancho folclórico pertencente ao Centro em diversas festas realizadas no mesmo.

Infra-estruturas: Não tem sede, funcionando o Centro na antiga Cadeia Municipal de Vimioso, a qual foi adaptada.

N.º de sócios: Não tem sócios.

Associação Humanitária dos Bombeiros de Vimioso

Rua da Fonte Nova

5230 –Vimioso

Telefone: 273-512115

Presidente: Rui Adão Liberal

Principais actividades: Banda de música, organização de actividades desportivas.

Infra-estruturas: Sede social

N.º de sócios: 1500

Grupo Folclórico e Recreativo de Caçarelhos

Rua do Chapeirão

5230 – Caçarelhos - Vimioso

Telefone: 273-559128

Presidente: Rui Adão Liberal

Principais actividades: Festivais e festas.

Infra-estruturas: Salão da Junta de Freguesia.

N.º de sócios: 80

Associação de Melhoramento de Santulhana

Rua Eira da Choa

5230 –Santulhão – Vimioso

Telefone: 96-5464805

Presidente: Manuel do Nascimento Cordeiro

Principais actividades: Campo de férias, “actividades radicais”, passeios, festivais célticos, matanças do porco, edição duma revista.

Infra-estruturas: Sede própria.

N.º de sócios: 200

Associação Cultural e Recreativa de Vilar Seco

Sede da Junta de Freguesia

5230 – Vilar Seco – Vimioso

Telefone: 91-2348044

Presidente: Ilídio Martins Fernandes

Principais actividades: Rancho folclórico.

Infra-estruturas: Sede da Junta de Freguesia.

N.º de sócios: 87.

Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Campo de Víboras

Rua das Eiras

5230 –100-Campo de Víboras – Vimioso

Telefone: 273-569096

Presidente: José dos Santos Bernardo

Principais actividades: Jogos de futebol, jogos populares como a sueca e o chincalhão.

Infra-estruturas: Bar da aldeia.

N.º de sócios: Não tem sócios.

Associação Cultural e Recreativa de Vale de Frades

Eiras

5230 –Vale de Frades– Vimioso

Telefone: 273-512443

Presidente: José Manuel Torrão

Principais actividades: Fados, Jogos populares, festa da “machorra”, fogueira do galo, jantares-convívios, futebol, matanças do porco colectivas.

Infra-estruturas: Sede social própria.

N.º de sócios: 118.

B) ASSOCIAÇÕES CULTURAIS DO CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO

FRAUGA – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote

Rua da Fraga do Puio s/n

5225-072-Picote-Miranda do Douro

Telefone: 273-739671

Fax: 273-739671

Correio electrónico: frauga@clix.pt

Página web: www.bragancanet.pt/picote

Presidente: António Jorge J. Lourenço

Principais actividades: exposições, palestras, edições de livros e de desdovráveis turísticos, recuperação do património cultural e natural, ocupação dos tempos livres dos jovens, apoio à comunidade.

Infra-estruturas: sede social própria (antiga casa da guarda fiscal), moinho de água, casa tradicional.

N.º de sócios: 180

Associação cultural e recreativa de São Pedro da Silva

Largo das Eiras

5225-163-São Pedro da Silva-Miranda do Douro

Telefone: 273-469002

Presidente: Alfredo Conceição

Principais actividades: recuperação de tradições como a “festa do velho e da velha”, “encomendação das almas” (Quaresma), “fogueira do galo” (Noite de

Natal); organização periódica do festival de música moderna portuguesa; organização periódica do “verão amarelo” (torneio de jogos populares); organização do aniversário da associação com arraial popular.

Infra-estruturas: sede social própria.

N.º de sócios: 223

Associação dos amigos de São Martinho

Rua do Quartel

5210-300-São Martinho-Miranda do Douro

Presidente: António Fernandes

Principais actividades: organizar torneios de futebol, de jogos de cartas, ténis de mesa, jogos tradicionais como o “fito”, dança dos pauliteiros (tem um grupo próprio).

Infra-estruturas: sede social própria com bar para sócios e vizinhos.

Nº de sócios: 237

Galandum Galandaina – Associação Cultural de Fonte de Aldeia

Fonte d’Aldeia

5210-Miranda do Douro

Telefone: 93-4261972 (do presidente)

Presidente: Paulo Meirinhos

Principais actividades: actuações de música mirandesa, animação festiva.

Infra-estruturas: sede social em construção.

Nº de sócios: 350

Associação Cultural de Palaçoulo

Rua da Indústria

5225-032-Palaçoulo-Miranda do Douro

Telefone: 273-459143

Presidente: Manuel Fernandes Pera Macias

Principais actividades: Actuações de pauliteiros, cantar dos reis, celebração do entrudo e do natal (com peças de teatro), organização do verão desportivo

(futebol de 6, passeios de bicicleta, jogos tradicionais, etc.), participação no festival da canção mirandesa, celebração do dia do associado, batidas ao javali e à raposa, edição de obras literárias, participação nos passos da sexta-feira santa

Infra-estruturas: sede social própria com sala para reuniões, sala de festas e bar.

Nº de sócios: 250

Mirai Qu´Alforjes – Associação de Juventude de Sendim

Edifício da Junta de Freguesia, 1º andar

Apartado 55

5225-101-Sendim-Miranda do Douro

Telefone: 91-9174655 (do presidente)

Presidente: Telmo dos Reis Alves Ramos

Principais actividades: edição de obras literárias em mirandês, organização do festival intercéltico de Sendim (no início do mês de Agosto), organização do passeio ciclo-turístico “Agarra la tua lengua”, organização de percursos pedestres pelas Arribes do Douro, organização de torneios desportivos, organização da festa de natal das crianças.

Infra-estruturas: sede social cedida pela Junta de Freguesia de Sendim.

Nº de sócios: 220

Grupo Cultural e Recreativo “Renascer das Tradições”

Edifício da Junta de Freguesia da Póvoa

5210-Póvoa-Miranda do Douro

Telefone: 273-417855

Presidente: Amável Gilberto Falcã

Principais actividades: actuação de gaitas de foles, realização de jogos tradicionais da “Machorra” (ritual de iniciação dos rapazes da aldeia à vida adulta), organização da “Fiesta de la Gaita de Fuolhes” (1998-).

Infra-estruturas: sede social cedida pela Junta de Freguesia de Póvoa.

Nº de sócios: 120

Associação Cultural e Recreativa de Malhadas

5210-150-Malhadas-Miranda do Douro

Presidente: Carlos Gilberto Martins Pinto

Principais actividades: dança de paluteiros e organização de torneios de futebol.

Infra-estruturas: sede social própria em construção.

Associação Cultural e Recreativa Constantinense

Largo da Veiga s/n

5210-030-Constantim-Miranda do Douro

Telefone: 273-499134

Presidente: Lázaro Ribeiro

Principais actividades: dança de paluteiros, obras de teatro cenificadas pelo seu grupo de teatro, preparação da “festa dos rapazes” (27 de Dezembro), do carnaval, da festa da “machorra”, do magusto, da matança do porco; organização de jogos tradicionais (durante o mês de Agosto) e desportivos (atletismo, futebol); recolha de dados e objectos etnográficos antigos para criação de um museu etnográfico .

Infra-estruturas: sede social própria.

Nº de sócios: 346

Associação Cultural e Recreativa de Teixeira

Rua da Fonte s/n

5225-012-Teixeira-Atenor-Miranda do Douro

Presidente: Altino Luís Galego

Principais actividades: organização de torneios de futebol, de jogos tradicionais (fito, raiola, ferro), de matraquilhos, de festas de convívio.

Infra-estruturas: sede social própria.

Nº de sócios: 113

Associação Cultural Pauliteiros de Miranda – Duas Igrejas

Duas Igrejas s/n – Região de Babonio

5210-Duas Igrejas-Miranda do Douro

Telefone: 91-6186808

Correio electrónico: pauliteiros@portugalmail.pt

Página web: attambur.com/internet/pauliteirosmiranda.htm

Presidente: José Rui de Carvalho

Principais actividades: dança de pauliteiros, rancho de cantares populares, organização de torneios de futebol, teatro; edição do jornal “O Pauliteiro”.

Infra-estruturas: salão de convívio e uma sala de reuniões.

Nº de sócios: 500

Associação Filarmónica Mirandesa

Sede da Junta de Freguesia de Miranda

Avenida de Aranda del Duero

5210-Miranda do Douro

Telefone: 273-432382

Presidente: José Augusto Raposo

Principais actividades: participa nos principais eventos culturais, festas e romarias de Miranda do Douro.

Infra-estruturas: sede social cedida pela Junta de Freguesia de Miranda do Douro.

Nº de sócios: 127

Associação de professores do Planalto Mirandês

Rua da Trindade / EBA- Sendim

5225-Sendim

Telefone: 273-739382

Presidente: José Ramos Campos

Principais actividades: actuações de pauliteiros e convívios

Infra-estruturas: Não.

Nº de sócios: 30

Associação Cultural Fronteiriça

5210-Paradela-Miranda do Douro

Telefone: 273-499237 (Vice-presidente: Mário Gonçalo)

Presidente: Adegar Martins

Principais actividades: Jogos tradicionais, convívios, organização das festas da aldeia, corrida de burros, convívio com os de Castro (Espanha).

Infra-estruturas: Sede social (antigo quartel da guarda fiscal).

N.º de sócios: 80

Associação Cultural Cicourense

Rua do Santo Amaro s/n

5210-020-Cicouro-Miranda do Douro

Página web:

Presidente: Vítor Miguel Campos

Principais actividades: Jogos tradicionais para jovens e adultos, convívios, jogos de mesa (damas, dominó, sueca, cincalhão,...).

Infra-estruturas: Sede social cedida pela Junta de Freguesia (Casa do Povo).

N.º de sócios: 70

Grupo de Pauliteiros de Sendim

Rua da Frágua n.º 3

5225-Sendim-Miranda do Douro

Telefone: 273-739240

Presidente: Belmiro Castro Carção

Principais actividades: Actuações com o grupo de Pauliteiros

Infra-estruturas:

N.º de sócios: 30

Associação Cultural e Recreativa de Fonte Aldeia

Rua Direita

5210-Fonte Aldeia- Miranda do Douro

Correio electrónico: acrefa@mail.pt

Presidente: Avelino Geraldês Fernandes

Principais actividades: Jogos tradicionais, futebol, festival da língua mirandesa.

Infra-estruturas: Sede social.

N.º de sócios: 160

Associação Recreativa e Cultural de Vale de Mira

Rua Direita

5210-Vale de Mira- Miranda do Douro

Telefone: 914507526 (Sr. Isidro Martins)

Presidente: Isidro Delgado Martins

Principais actividades: Jogos tradicionais, organização das festividades.

Infra-estruturas: Sede social.

N.º de sócios: -

Associação Cultural e Recreativa de Genísio “Sol Nascente”

Estrada Nacional 218

5210-Genísio- Miranda do Douro

Telefone: 273-417006

Presidente: Urbano Lopes

Principais actividades: Festa da “machorra”, matanças do porco, exposições.

Infra-estruturas: Sede social e lagar musealizado.

N.º de sócios: 233

Centro Cultural de Sendim

Rua Caminho do Prado

5210-Sendim- Miranda do Douro

Telefones: 273-739143/ 739094

Presidente: José Domingues Mourinho

Principais actividades: Jogos tradicionais, futebol, festival da língua mirandesa.

Infra-estruturas: Sede social provisória.

N.º de sócios: 126

Associação Cultural e Recreativa de Picote

Largo da Igreja

5225-Picote- Miranda do Douro

Presidente: António Garcia

Principais actividades: Cantares dos Reis, Teatro.

Infra-estruturas: Sede social na Casa do Povo.

N.º de sócios: 156

Associação Cultural e Recreativa de Cércio – Grupo Folclórico dos Pauliteiros de Cércio

Largo das Eiras - Cércio

5210-041-Cércio-Miranda do Douro

Presidente: Claudia Aires

Principais actividades: Cursos de Formação (pauliteiros, gaiteros), jogos tradicionais, festividades.

Infra-estruturas: Sede social cedida pela Junta de Freguesia.

N.º de sócios: 150

C) ASSOCIAÇÕES CULTURAIS DE MOGADOURO

Agrupamento de escuteiros de Bemposta

Largo da Igreja n.º13

5200-Bemposta-Mogadouro

Telefone: 934372008

Presidente: Paula Meleiro

Principais actividades: Benção das casas, acampamentos, actividades de lazer ao ar livre, caminhadas, participação em rituais religiosos.

Infra-estruturas: a sede pertence à paróquia.

N.º de sócios: 41.

Associação de Desenvolvimento do Cardal do Douro

5200- Bemposta- Mogadouro

Telefone: 279579190

Presidente: Antenor Areal

Principais actividades: Concursos de pesca, festas convívio e religiosas, recuperação do antigo edifício da Shell.

Infra-estruturas: não tem sede.

N.º de sócios: 66.

Associação Cultural de Solidariedade Social de Urrós

Praça Silva Peneda n.º 8

5200-479-Urrós-Mogadouro

Telefone: 279579454

Presidente: Alfredo Ferreira

Principais actividades: Encontros de idosos, viagem anual pela região, participação em encontros de fanfarras, gestão do lar de terceira idade e centro de dia.

Infra-estruturas: a sede é o lar.

N.º de sócios: 160.

Centro Cultural e Recreativo de Penas Roias

5200-311- Penas Roias- Mogadouro

Presidente: Jorge Jacinto Moura

Principais actividades: Convívios (matança do porco), jogos de futebol, grupo de pauliteiros.

Infra-estruturas: Bar, salão e antiga escola.

N.º de sócios: 156.

Associação Cultural e Recreativa de Soutelo

5200-410-Soutelo-Mogadouro

Telefone: 279343249

Presidente: Maria da Natividade Morais

Principais actividades: Lançamento de livros, recepção ao movimento *slow food*, cursos de formação profissional, re-inserção social de toxicodependentes, eventos musicais (orfeões), jornadas de gastronomia tradicional.

Infra-estruturas: casa da sede, garagem e bar.

N.º de sócios: 200.

Centro Cultural e Recreativo de Bemposta

Largo do Santo Cristo

5200-Bemposta- Mogadouro

Telefone: 279579130

Presidente: António Parra

Principais actividades: Peças de teatro, torneios de futebol.

Infra-estruturas: tem sede.

N.º de sócios: 180

Centro Cultural e Recreativo de Bruçó

5200-Mogadouro

Telefone: 966297731

Presidente: Miguel Rito

Principais actividades: lançamento de jornal, jogos inter-aldeias, jogos tradicionais, percursos pedestres, festas populares tradicionais, compra de TV no início dos anos 80.

Infra-estruturas: sala cedida pela junta de freguesia.

N.º de sócios: 150.

Fórum Terras de Mogadouro

Rua de S. Francisco n.º 7

5200-244 Mogadouro

Telefone: 932534782

Presidente: Teresa Neves

Principais actividades: edição de revistas, programa “Viajar com Trindade Coelho”, programa “Viajar com os caminhos da Literatura”, espólio fotográfico de Mogadouro, reconstrução virtual da Fortaleza Medieval de Mogadouro, tertúlias e gastronomia, almoço de Natal anual.

Infra-estruturas: não tem sede.

N.º de sócios: 60.

Associação Sócio Cultural Recreativa e Desportiva de Castro Vicente

Rua do Pelourinho

5350-201 Castro Vicente

Telefone: 278481195

Presidente: Mário Afonso

Principais actividades: Rancho, torneios de futebol, BTT, teatro e matança do porco.

Infra-estruturas: bar(cedido pela junta), terreno para futuras instalações.

N.º de sócios: 400.

Associação Mogadouro Vivo

Avenida do Sabor – pista de modelismo

5200 Mogadouro

Telefone: 936196770

Presidente: Paulo Carvalho

Principais actividades: Semana da juventude, peças de teatro, semana de Mogadouro no Porto, provas de modelismo, provas de todo-terreno.

Infra-estruturas: pista de modelismo, sala na casa das associações da câmara, bar na pista quando há actividades.

N.º de sócios: 360.

Associação Recreativa e Cultural de Peredo de Bemposta

Avenida Nossa Senhora de Fátima

Peredo de Bemposta

5200 Mogadouro

Telefone: 279589339

Presidente: Acrísio Mogadouro

Principais actividades: Festas, torneios e convívios.

Infra-estruturas: bar e salão de convívio

N.º de sócios: 180.